



# MULHERES, JUVENTUDES E A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR



Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), 2021.



Mulheres, Jovens e a Transformação do Sistema Agroalimentar do IICA está publicado sob licença Creative Commons Atribuição-Compartilhável 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>) Baseada numa obra em [www.iica.int](http://www.iica.int)

O IICA promove o uso adequado deste material. Solicita-se que seja citado apropriadamente, quando for o caso.

Esta publicação também está disponível em formato eletrônico (PDF) na página institucional: <http://www.iica.int>

Autor: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Elisa Guaraná de Castro y Luiza Borges Dulci  
Coordenação editorial: Federico Villareal  
Edição mecânica: Unidade de Línguas  
Tradução: Unidade de Línguas  
Diagramação: Nadia Cassullo  
Leiaute da capa: Nadia Cassullo  
Impressão: Gráfica do IICA.

Mulheres, Jovens e a Transformação do Sistema Agroalimentar/  
Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura, Elisa  
Guaraná de Castro y Luiza Dulci. – São José, C.R.: IICA, 2021.  
21 p.; 21x16 cm.

ISBN: 978-92-9248-932-8  
Publicado também em espanhol e inglês

1. Desenvolvimento sustentável 2. Agricultura 3. Gênero  
4. Juventude 5. Sistemas agroalimentares  
6. Participação de mulheres I. Dulci, Luiza Borges  
II. Castro Guaraná, Elisa de III. IICA IV. Title

AGRIS  
Q01

DEWEY  
338.6

São José, Costa Rica  
2021

# MULHERES, JUVENTUDES E A TRANSFORMAÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR

Uma contribuição do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, representada pelas pesquisadoras Elisa Guaraná de Castro, antropóloga e Professora Associada, e Luiza Dulci, economista e doutoranda, para a UNFSS 2021.



## 1

### Introdução

---

O sistema agroalimentar compreende o conjunto de atividades, paisagens e atores, privados e públicos, ligados à produção, transformação, distribuição, consumo e descarte de alimentos. As questões da alimentação se ligam e refletem estruturas econômicas, políticas, culturais e fundiárias e possuem especificidades históricas nacionais e regionais. Envolvem atividades agropecuárias, industriais e de serviços em relação de complementaridade e interdependência.

A pergunta central que orienta este estudo é: quem são os sujeitos do sistema agroalimentar e como são afetados pelas desigualdades? Mais especificamente, qual é a contribuição das mulheres e das juventudes<sup>1</sup> nesse sistema?

---

1. Diferentes países e organismos internacionais identificam as juventudes a distintos intervalos etários. Enquanto a Cepal adota o período de 15 a 29 anos, a ONU e também a *Convención Iberoamericana de los*

Qual o protagonismo, fragilidades e desafios enfrentados pelas mulheres e juventudes? Quais transformações são necessárias?

A análise que segue mostra as desigualdades que se abatem sobre os dois públicos específicos, ao mesmo tempo que identifica possibilidades de mudança e de construção de sistemas alimentares sobre bases mais justas e sustentáveis a partir de experiências que já estão em curso em diversos países do continente americano.

A atenção especial às mulheres e às juventudes se deve à sua centralidade para a garantia da soberania alimentar no presente e no futuro. Embora considerados nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e na Agenda 2030, há desafios quanto à sua participação e valorização nos sistemas alimentares, bem como quanto ao pleno desenvolvimento de suas capacidades.

Esse conjunto de preocupações é compartilhado pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), a partir de uma abordagem mais inclusiva, sustentável e equitativa. Desde a sua criação, são inúmeras as iniciativas de apoio à agricultura que buscam fortalecer os territórios e os sujeitos locais, com crescente destaque para as mulheres e as juventudes, alçados à condição de eixo transversal que orienta os quatro objetivos estratégicos e os cinco programas do IICA para os 34 países membros na atualidade. Como analisam muitos documentos produzidos pelo Instituto, a realidade contemporânea compreende desafios históricos do desenvolvimento agrícola, ao mesmo tempo em que carrega a emergência de novas questões<sup>2</sup>. As mudanças climáticas e, mais recentemente, a Covid-19 convocam a pensar a forma de produzir e consumir os alimentos, os bens e as riquezas. Assim como impõem a necessidade de aproveitamento e reaproveitamento e da construção de sistemas mais resilientes e sustentáveis, como é o caso dos princípios que orientam a bioeconomia. A confluência de crises — climática, econômica, energética, alimentar e hídrica — se abate sobre todo o mundo, embora recaia de forma desigual sobre a população conforme marcadores sociais de gênero, raça, classe, geração e território. No âmbito do sistema agroalimentar, o aumento da demanda por alimentos e água reforça a necessidade de um novo ciclo de políticas públicas. Questões como dietas mais saudáveis e nutritivas, aumento da produtividade com inclusão social no campo e justiça socioambiental são estratégicas para alçar a agricultura e seus sujeitos a nível global.

O presente estudo sustenta que mulheres e juventudes são agentes de transformação indispensáveis nesse processo. E mais, já desenvolvem iniciativas que, se conhecidas, valorizadas e apoiadas, podem de fato transformar os sistemas alimentares a partir das chaves da justiça e da sustentabilidade.

---

*Jóvenes* (OIJ, 2005) identificam como jovens as pessoas entre 15 a 24 anos.

2. Alguns dos estudos recentes que formularam esses desafios são os seguintes: Desigualdade digital de gênero na América Latina e no Caribe (Universidade de Oxford, BID e FIDA, 2020) <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489>. Conectividade rural na América Latina e no Caribe: uma ponte para o desenvolvimento sustentável em tempos de pandemia (IICA, BID e Microsoft, 2020) <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12896>. *Digital literacy in rural areas: An indispensable condition to bridge the divide in Latin America and the Caribbean* (IICA, BID e MICROSOFT, 2021) <https://repositorio.iica.int/handle/11324/14462>.

Assim, na sequência desta Introdução, o texto examina a relevância das mulheres e das juventudes para os sistemas alimentares tal como existem hoje. Em seguida, voltamo-nos para os ODS. Devido à sua amplitude, nota-se que os sistemas alimentares possuem relação direta e indireta com os 17 ODS, ao passo que as metas e ações que envolvem e promovem especificamente mulheres e juventudes são mais restritas. Em uma quarta seção, em diálogo com os cinco *Action Tracks* que orientam a Cúpula sobre os sistemas alimentares de 2021 da ONU, são reunidos e analisados dados sobre o envolvimento de mulheres e juventudes nos sistemas alimentares e identificadas boas práticas de origem pública, privada e da sociedade civil que apontam caminhos para a mudança. Finalmente são apresentadas recomendações e considerações alinhadas com a agenda de pesquisas sobre a temática.

## 2

## Gênero e juventudes nos sistemas alimentares

---

A despeito de toda a contribuição efetiva e potencial que desempenham nos sistemas alimentares, juventudes, mulheres e crianças estão entre os segmentos mais afetados pela fome, tanto no campo quanto nas cidades. Embora o direito humano à alimentação adequada seja reconhecido pelas Nações Unidas (FAO, 2006) e expressamente referenciado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Camponeses (UNDROP), dados de 2019 indicavam um contingente de 690 milhões de pessoas com fome, 8,9% da população mundial – quadro agravado em razão da Covid-19 (FAO, FIDA, OMS, PMA e UNICEF, 2020).

Uma das razões para tal são os entraves no direito à terra. Mulheres e jovens têm acesso limitado a condições de produção, em especial o acesso à terra e à renda. As mulheres, em particular, sofrem com leis e formas tradicionais que impedem a partilha de heranças e o acesso à terra em condições de igualdade com os homens. Entre as juventudes há a ausência e/ou baixa efetividade de leis e políticas públicas que promovam o acesso à terra. No âmbito do mercado de trabalho e da geração de renda, ambos os segmentos costumam atuar em trabalhos mais precarizados e de menor remuneração.

---

### 2.1 As mulheres nos sistemas agroalimentares

---

As mulheres estão presentes em todas as etapas, setores e atividades dos sistemas alimentares. Em toda a sua diversidade, realizam a maior parte do trabalho de proteção das sementes crioulas<sup>3</sup>, do cultivo de plantas medicinais, da produção de alimentos saudáveis nas hortas e em quintais produtivos

---

3. Programa de recuperação, produção e melhoramento de sementes crioulas do Movimento de Mulheres Camponesas – MMC, dentre muitas experiências (COLLET et al, 2015).

e no manejo de animais de pequeno porte. São ainda as principais responsáveis pelo trabalho doméstico de cuidado e reprodução social. Apesar disso, vivenciam desigualdades salariais de gênero e formas subordinadas de inserção no mercado de trabalho, assim como são vítimas de violências física, sexual e psicológica — cujos registros aumentaram sobremaneira no contexto da pandemia da Covid-19 (CAMPBELL, 2020).

Dados de 2018 indicam que sete em cada dez pessoas com fome no mundo são mulheres. Em termos fundiários, as mulheres possuem menos de 15% das terras e menos de 2% das propriedades rurais registradas. Recebem apenas 10% de toda a renda global, embora sejam responsáveis por 2/3 do trabalho. Considerando as áreas rurais, 60% das famílias chefiadas por mulheres situam-se em terras marginais, desprovidas de saneamento básico e de insumos, bem como de máquinas para a produção. Soma-se a isso o fato de que, dos 194 países que compõem a ONU, 102 possuem leis e práticas tradicionais que negam e/ou dificultam às mulheres o direito à terra. Ainda assim, as mulheres produzem a metade dos alimentos no mundo, e até 80% em países em desenvolvimento (IICA, 2018). Isso se deve ao fato de que as mulheres revertem os frutos de sua produção majoritariamente para as suas famílias e comunidades (IICA, 2018).

---

## 2.2 As juventudes nos sistemas agroalimentares

---

As juventudes, também essencialmente diversas, carregam as possibilidades de continuidade das tradições e do modo de vida rural, ao mesmo tempo que promovem a transformação dos espaços do campo, das florestas e das águas. Possuem maior escolarização que seus pais e avós, maior disposição para a utilização de tecnologias e técnicas de manejo sustentável e interesse em desenvolver os espaços rurais para além de atividades tipicamente agropecuárias. Entre os países da América Latina e do Caribe está aberta uma janela de oportunidades em razão do bônus demográfico (IICA, 2019a). A agenda das juventudes deve ser tratada pela ótica da “integração geracional” (RAMIREZ-QUIRÓS, 2021, p. 12) do aprendizado mútuo e da construção do bem viver.

A fome e a falta de perspectivas para a sucessão estão entre as principais razões do êxodo rural entre as juventudes, que não veem condições de produzir na propriedade dos pais, não têm recursos para adquirir sua própria terra e não têm acesso à política de reforma agrária. Essas e outras questões fazem das juventudes, proporcionalmente, o maior contingente de deslocamento rural/urbano na América Latina e no Caribe. Ainda assim, as juventudes demonstram reiteradamente o desejo de permanecer no campo e de fato retornam para as áreas rurais quando encontram condições favoráveis para viver e produzir (SILVA e BOTELHO, 2016; SNJ, 2014).

# 3

## Agenda 2030: mulheres e juventudes nos Objetivos de desenvolvimento sustentável

---

O envolvimento e a atenção às mulheres e às juventudes formam requisitos indispensáveis para o alcance de cada um e de todos os ODS, como apontam CFS (2020) e a CELAC (*apud* WEITZMAN, 2018).

---

### 3.1 As Mulheres nos ODS

---

Organismos internacionais apontam a desigualdade de gênero como um dos fatores econômicos e sociais mais relevantes para o distanciamento do sucesso dos ODS (CFS, 2020; IICA, 2019b). A vida plena e a garantia dos direitos das mulheres rurais dependem dos ODS 1 – erradicação da pobreza; 2 – fome zero e agricultura sustentável; 3 – saúde e bem-estar; 6 – água potável e saneamento; 8 – trabalho decente e crescimento econômico; e 10 – redução das desigualdades. O ODS 5 – igualdade de gênero, concentra as principais ações para a superação das desigualdades de gênero e das mulheres rurais em particular (CFS, 2020).

---

### 3.2 As juventudes nos ODS

---

As juventudes têm pouco destaque nos ODS. Jovens rurais são ainda mais invisibilizados. É estratégico que o pacto geracional e a valorização das condições de vida e de trabalho das juventudes rurais sejam prioridade para alcançarmos os ODS. Mais especificamente, podemos citar: ODS 1 – erradicação da pobreza; 2 – fome zero e agricultura sustentável; 3 – saúde e bem-estar; 4 – educação de qualidade; 8 – trabalho decente e crescimento econômico; 10 – redução das desigualdades; e 12 – consumo e produção responsáveis. Outro destaque cabe ao ODS 13 – ação contra a mudança global do clima, devido às ameaças que a crise climática possui sobre as novas gerações. Três prioridades para as juventudes rurais são: 2 – fome zero e agricultura sustentável; 4 – educação de qualidade; 8 – trabalho decente e crescimento econômico.

## 4

## Desafios para a construção de sistemas alimentares justos, inclusivos e sustentáveis: quais caminhos apontam as mulheres e as juventudes?

A contribuição das mulheres e das juventudes para a transformação do sistema agroalimentar pode se dar em distintas escalas e momentos da trajetória dos alimentos do campo até a mesa. Aqui são apresentadas experiências em curso que dialogam com os cinco *Action Tracks* que orientam a Cúpula sobre os sistemas alimentares de 2021 da ONU. A identificação de desigualdades e propostas concernentes ao papel das mulheres está presente em todos os *Action Tracks*, com ênfase no *Action Track* 4. Também as juventudes são foco do AT4, no entanto, não aparecem no AT3 e têm menos visibilidade nos demais documentos.

### 4.1 Mulheres na transformação dos sistemas alimentares

**Action Track 1**— A Campanha regional pela autonomia plena das Mulheres rurais e indígenas na América Latina e no Caribe propõe apontar desafios e dar visibilidade às experiências de autonomiadas mulheres rurais, afrodescendentes e indígenas<sup>4</sup>. Um exemplo é o Projeto do Governo panamenho apoiado pela FAO que atua em 19 comunidades indígenas com o objetivo de revitalizar sua produção em diálogo com a segurança alimentar<sup>5</sup>. Alcançar a oferta de alimentos saudáveis para todos pela transformação dos sistemas alimentares é uma preocupação central da Aliança Mulher Mãe Terra<sup>6</sup>, com vistas à garantia do direito à terra das mulheres e a soberania alimentar. A proposta partiu de jovens de diversos países do mundo que integram a Economia de Francisco e Clara, convocada pelo Papa Francisco em 2019 e está em sintonia com os debates ocorridos em 2018 pelo W20 na Argentina<sup>7</sup>. Esse encontro conferiu prioridade às mulheres rurais nas ações de promoção da segurança alimentar e apontou três recomendações principais: i) investimento em infraestrutura para o atendimento das mulheres rurais; ii) políticas de acesso à terra; e iii) a criação do Fundo Global para Mulheres Rurais 2030 (IICA, 2019b, p.18-19).

4. A Campanha *#RuralWomen, women with right*, lançada pela FAO em 2018, é fruto das recomendações da *Thirteenth Regional Conference on Women* realizada em Montevideu, em 2016, dos ODS e de experiências nacionais no Brasil e na Argentina. Ver <http://www.fao.org/americas/publicaciones-audio-video/ruralwomen/en/> (acessado em 02 de abril de 2021).

5. Edição 2019 da *campanha regional Mujeres rurales, mujeres con derechos*. Ver <https://mujeresrurales.exposure.co/mujeres-rurales-y-alimentacion-saludable> (acessado em 02 de abril de 2021).

6. Ver: <https://linktr.ee/agriejus> (acessado em 06 de março de 2021).

7. W20 é uma organização que estabelece diálogos com líderes do G20 sobre a autonomia econômica, o empoderamento e a redução das desigualdades para as mulheres no mundo. O W20 Argentina propôs uma carta de prioridades para as mulheres rurais. Os países do G20 detêm 60% das terras agricultáveis no mundo e 80% da produção mundial de alimentos, um impacto promovido nesses países teria um impacto global (IICA, 2019b).

A desigualdade no acesso à terra entre homens e mulheres é histórica na América Latina. Embora as legislações variem, persistem lógicas patriarcais nas formas de herança, práticas tradicionais ou políticas fundiárias. Contudo, mudanças recentes apontam para uma maior equidade e devem ser fortalecidas como condições básicas para a segurança alimentar (DEERE e LEON, 2003). No Brasil, a normativa nº 38/2007 estabeleceu a obrigatoriedade da inclusão de mulheres e homens no cadastro para acessar o Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA/INCRA). Tal mudança contribuiu para que mulheres casadas ou com união estável titulares da terra passassem de 23% para 72% entre 2003 e 2015, e de 13% para 24%, no caso de solteiras chefes de família (IICA, 2018). As políticas públicas ampliaram o acesso de 9% para 46% de mulheres titulares em 2014, na Bolívia. (NOBRE e HORA, 2017, p.2). Quanto ao acesso à água, *“Las condiciones más críticas se encuentran en Centro América y el Caribe. Esta condición afecta más a las áreas rurales, dejando vulnerable a un 40% de la población, o sea, casi 11,5 millones de personas, de las cuales, también, más de 60% son mujeres y niñas.”* (NOBRE e HORA, 2017, p.51)

**Action Track 2**— As mulheres também desempenham papel chave na agricultura urbana e no consumo consciente. Destacam-se projetos que reduzem o desperdício de alimentos com o seu aproveitamento integral, considerando a agricultura circular com seu potencial de regeneração, fechando o ciclo de nutrientes, devolvendo matéria orgânica à biosfera e a melhoria dos solos. Iniciativas como os Bancos de Alimentos<sup>8</sup>; o concurso *Pérdidas y desperdicios de alimentos: MercaDom 2017*— Centro de Emprendimiento e Innovación — Intec, República Dominicana (WEITZMAN, 2018); a Revolução dos Baldinhos<sup>9</sup>; os Quintais Produtivos<sup>10</sup>; e o projeto Favela Orgânica<sup>11</sup> apontam caminhos possíveis. Para encurtar distâncias entre produtores e consumidores de alimentos, destacam-se duas iniciativas brasileiras para a agricultura familiar, com base no associativismo e no cooperativismo, situadas no âmbito das compras públicas: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)<sup>12</sup> e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). No caso do PNAE,

8. Bancos de alimentos foram constituídos em diversos países da América Latina, recebendo produtos por compras subsidiadas ou formas solidárias de organização e distribuindo gratuitamente ou a baixo custo para populações de baixa renda. No Brasil, são regulamentados pela Rede Brasileira de Bancos de Alimentos – RBBA, e são receptores de alimentos de programas de aquisição de alimentos, como o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos e o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos Escolares. Ver <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/aceso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/inclusao-social-e-productiva-rural/programa-banco-de-alimentos> (acessado em 15 de março de 2021).

9. A Revolução dos Baldinhos é um exemplo de experiência associativa que integra a comunidade no combate do desperdício de alimentos. Atualmente com 150 famílias cadastradas, promovem a coleta e tratamento de resíduos de alimentos, para combater uma infestação de ratos com a produção de adubo orgânico e manutenção de hortas escolares. Ver <https://lincsocial.wordpress.com/2020/08/12/revolucao-dos-baldinhos/> (acessado em 15 de março de 2021).

10. Quintais produtivos vem sendo multiplicados como método de promoção da alimentação saudável no campo e na cidade, muitas vezes integrados a projetos de hortas escolares. A valorização de formas tradicionais de plantio associadas a novas tecnologias tem impulsionado o que antes era um trabalho invisível e não valorizado das mulheres (ROCHA, 2017) —ver Projeto Quintais produtivos da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA): <http://www.asabrasil.org.br>. E a iniciativa de Quintais produtivos fruto da articulação do Fundo Casa Socioambiental, da Fundação SOS Mata Atlântica e da Associação dos Catadores de Marisco da Ilha Grande do Piauí: <https://casa.org.br/quintais-produtivos-uma-legitima-ciranda-agroecologica/> (acessado em 15 de março de 2021).

11. Iniciativa criada em 2011 na favela da Babilônia, no Rio de Janeiro. Trabalha o aproveitamento integral dos alimentos (“até o talo”), pela promoção de oficinas, cursos e palestras sobre o assunto. Também realiza mutirões de agricultura urbanas nas favelas cariocas, com foco na soberania alimentar das mulheres. Ver: <https://fave-laorganica.com.br/pt/> (acessado em 16 de março de 2021).

12. A modalidade Compra direta com doação simultânea aceita uma maior variedade de produtos e, por isso, é a mais acessada, direta e indiretamente, pelas mulheres, historicamente habituadas a produzir maior variedade de alimentos nas hortas e quintais (SILIPRANDI e CINTRÃO, 2011)

crianças e jovens são diretamente beneficiados, uma vez que os alimentos se destinam ao abastecimento das cantinas escolares. No México, seguindo o exemplo do PNAE, criou-se o programa **Escuelas Sostenibles**, que possui 4 eixos: articulação intersetorial e participação social; educação alimentar e nutricional; melhoria da infraestrutura das escolas; adoção de cardápios adequados, saudáveis e de acordo com a cultura local. O projeto conta com a liderança de mulheres das comunidades locais e das escolas<sup>13</sup>.

As tecnologias digitais cumprem papel cada vez mais destacado nas conexões entre consumidores e produtores de alimentos. Também aí se verificam desigualdades de gênero. Embora tenham escolaridade média superior à dos homens, muitas mulheres têm menos acesso a tecnologias da informação e comunicação (TICs). Os entraves em questão impactam a comercialização, o acesso a informações e a participação política, bem como reforçam o isolamento social. Tais aspectos foram analisados em pesquisa do IICA (2020) que apontou desigualdades de gênero no acesso a telefones celulares em 23 países da América Latina e do Caribe.

**Action Track 3—** A obtenção de financiamentos e o acesso a recursos produtivos estão entre os principais fatores de desigualdade de gênero na produção agroalimentar de base familiar. Mulheres indígenas e afrodescendentes são ainda mais atingidas. Ainda assim, algumas experiências se destacam, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar— Pronaf Mulher<sup>14</sup>, do Brasil. Na Colômbia, mulheres estão sendo apoiadas pelo microcrédito da entidade Bancamía, da Fundación Microfinanzas BBVA, pelo **Programa de Microcrédito para a Adaptación Basados en Ecosistemas** (MEbA). O programa instalou uma fazenda modelo em cooperação com a ONU Meio Ambiente no Colegio ICAM (Instituto de Ciencias Agroindustriales y del Medio Ambiente), que dispõe de diversas tecnologias de adaptação e mitigação dos efeitos das mudanças climáticas nos cultivos, além de técnica para a melhoria da produtividade<sup>15</sup>.

Os sistemas de certificação participativa também sustentam modelos produtivos **nature positive**. No Brasil, uma das experiências exitosas são as Mulheres Organizadas em Busca de Igualdade (MOBI), composto por cafeicultoras da Cooperativa de Agricultores Familiares de Poço Fundo e Região (Coopfam)<sup>16</sup>, que produzem o Café Orgânico Feminino. As Quebradeiras de Coco Babaçu, organizadas nas regiões norte e nordeste do Brasil, criaram um modelo agroexportador a partir do associativismo que gera renda e promove a preservação dos babaçuais<sup>17</sup>.

**Action Track 4— O Global Gender Gap Report** (WEF, 2021) aponta que a desigualdade econômica e de oportunidades para as mulheres é a segunda

13. Edição 2019 da campanha regional *Mujeres rurales, mujeres con derechos*. Ver <https://mujeresrurales.exposure.co/mujeres-rurales-y-alimentacion-saludable> (acessado em 02 de abril de 2021).

14. O Pronaf foi criado em 1996 e, em 2004, foi instituída a linha Pronaf Mulher (HEREDIA e CINTRÃO, 2006).

15. Edição 2019 da campanha regional *Mujeres rurales, mujeres con derechos*. Ver <https://mujeresrurales.exposure.co/la-importancia-del-acceso-a-servicios-financieros> (acessado em 02 de abril de 2021).

16. Ver: <https://coopfam.com.br> (acessado em 10 de março de 2021).

17. As quebradeiras de coco são mais de 300 mil mulheres em 5 estados brasileiros (NOBRE e HORA, 2017). A transformação de babaçuais em RESEX (Reserva extrativista) e a Lei do Babaçu Livre (Lei nº. 231/2007) são conquistas desse processo (ANTUNES, 2006).

pior de cinco categorias monitoradas, atrás apenas da representação política. Apenas 58% dos países apresentam avanços consolidados para a equidade de gênero nesse índice. O AT4 aponta a “invisibilidade estrutural das questões de gênero nos espaços rurais”. Embora realizem muitas atividades, o trabalho agrícola é, via de regra, visto como extensão da casa e, por isso, não é visibilizado e valorizado como atividade produtiva das mulheres (JALIL, 2019). Segundo dados coletados na pesquisa sobre o uso do tempo e a remuneração do trabalho realizada pela CEPAL entre os anos de 2007 e 2014, as mulheres rurais seguem com jornadas de trabalho remunerado e não remunerado três vezes maiores do que a dos homens, chegando, no México, a uma jornada semanal de 80 horas, das quais 67 horas são de trabalho não remunerado, contra 70 horas dos homens, com apenas 25 horas de trabalho não remunerado<sup>18</sup> (NOBRE e HORA, 2017). O ciclo de fóruns regionais e hemisféricos de mulheres rurais e equidade no contexto da pandemia de Covid-19 nas Américas, promovido pelo IICA em maio de 2020, destacou o papel fundamental que as mulheres desempenham na luta contra a pandemia, sendo as principais responsáveis pelos trabalhos de cuidados e não remunerados, pela produção de alimentos para autoconsumo e pela diversidade da alimentação consumida pela população. Por tudo isso, possuem alta carga de trabalho e estão sujeitas a muitos riscos em períodos de crise e instabilidade.

Em razão de todo esse conjunto de desigualdades e violências, as mulheres rurais tem menos acesso formal aos programas e políticas. O fato de receberem apenas um décimo da assistência técnica em relação aos homens ajuda a explicar o porquê de a produtividade das mulheres estar entre 20% a 30% menor que a dos homens. (IICA, 2019b). Uma das experiências relevantes para superar esse hiato é o “Tecendo redes”, programa para mulheres pescadoras artesanais do Chile que fornece capacitação para negócios, assistência técnica e um kit de equipamentos em quatro linhas produtivas: gastronomia; agregação de valores aos produtos do mar; turismo costeiro; e artesanato com identidade local<sup>19</sup>.

**Action Track 5**— A participação é um direito previsto na UNDROP<sup>20</sup>. Entre as mulheres, ela contribui para o enfrentamento de relações patriarcais que vigoram nas famílias, nas associações e nas cooperativas, assim como nos espaços públicos. A participação também tem impactos positivos sobre os níveis de violência. Embora persistam as manifestações de violência doméstica e a divisão sexual do trabalho, mulheres que atuam em movimentos sociais afirmam ter mais segurança e autoestima na relação com seus maridos e mais autonomia para gerir o tempo e as finanças (CASTRO, DULCI e CARVALHO, 2020; ANTUNES, 2006).

18. Pesquisa realizada com dados do Brasil, Colômbia, Equador, Honduras, México, Peru e Uruguai. CEPAL, *División de Asuntos de Género, sobre la base de tabulaciones especiales de las encuestas de uso de tiempo de los respectivos países*.

19. Edição 2019 da campanha regional *Mujeres rurales, mujeres con derechos*. Ver <https://mujeresrurales.exposure.co/acceso-a-capacitacion> (acessado em 02 de abril de 2021).

20. Em seu artigo 15, afirma “o direito de participar em processos de tomada de decisão nas políticas de alimentação e agricultura e o direito à alimentação saudável e adequada produzida a partir de métodos ecológicos e sustentáveis que respeitam as culturas”.

São inúmeras as experiências locais, nacionais e regionais de organização e participação das mulheres e das mulheres rurais e indígenas. Destacam-se a *Conference on Rural Women in Latin America and the Caribbean* (Brasília, 2014), *VII Encuentro Continental de las Mujeres Indígenas* (Guatemala, 2015) e a *Thirteenth Regional Conference on Women* (Montevideu, 2016). No Chile, a Mesa de la Mujer Rural, com a participação de 19 organizações de mulheres rurais e indígenas, promove redes que ampliam o acesso a espaços de diálogo com as instâncias governamentais para que apresentem suas demandas e dificuldades, acelerando a atuação das autoridades governamentais e garantindo formas de controle social.<sup>21</sup> A equidade na participação e o reconhecimento formal do trabalho e dos direitos são agendas do movimento sindical brasileiro desde os anos 1980 (BORDALO, 2011). Desde o ano 2000, a Marcha das Margaridas mobiliza mulheres de todo o país e diversos movimentos sociais para apresentarem uma agenda política ao Governo Federal (SILVA, 2008). No Chile, trabalhadoras temporárias se organizam na Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas – ANAMURI (NOBRE e HORA, 2017). Na Colômbia, a *Movilización de Mujeres Negras del Norte del Cauca, por el cuidado a la Vida y la Defensa de los Territorios Ancestrales* realizou uma importante marcha em 2014.

---

## 4.2 Juventudes na transformação dos sistemas alimentares

---

**Action Track 1—** A questão da terra é central para as organizações de juventudes rurais. Foi objeto de debate nos foros virtuais *Juventudes rurales construendo la nueva agricultura post COVID-19*, organizados pelo IICA no ano de 2020. Uma iniciativa recente do governo uruguaio visa incidir sobre a questão. O programa *Tierra de Jóvenes*<sup>22</sup>, lançado em 2019, é voltado à concessão de terras para grupos de jovens, medida que fortalece o associativismo juvenil. Uma experiência semelhante que vigorou no Brasil durante alguns anos foi a Linha Nossa Primeira Terra, vinculada do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCR), que concedia juros mais baixos para a aquisição de terras por jovens.

**Action Track 2—** As novas tecnologia e mídias digitais podem ser importantes aliados no processo de encurtamento das distâncias<sup>23</sup> e de redução de intermediários. Com elas, abrem-se dois eixos de oportunidades: i) qualificação e formação; e ii) comercialização e geração de renda. Amplia-se o acesso a conteúdos de formação; ao mesmo tempo em que são criadas plataformas de divulgação dos produtos e de conexão entre produtores e consumidores de alimentos. As juventudes têm maior potencial de acesso e aproveitamento integral dessas ferramentas, seja pela familiaridade com a parte técnica, seja pelo domínio da linguagem e do tempo das redes. Uma

---

21. Edição 2019 da campanha regional *Mujeres rurales, mujeres con derechos*. Ver <https://mujeresrurales.exposure.co/cultivando-liderazgos> (acessado em 02 de abril de 2021).

22. Programa fruto de parceria entre o Instituto Nacional de la Juventud, do Ministerio de Desarrollo Social, da Dirección General de Desenvolvimento Rural do Ministerio de Pecuária, Agricultura y Pesca e do Instituto Nacional de Colonización. Ver: <https://www.gub.uy/ministerio-ganaderia-agricultura-pesca/comunicacion/noticias/llamado-tierra-jovenes-es-primer-paso-apunta-romper-inercia> (acessado em 03 de março de 2021).

23. A esse respeito, o conceito de *food miles* (COLEY, HOWARD, WINTER, 2009) demonstra as enormes distâncias percorridas pelos alimentos do campo à mesa, com impacto direto nas mudanças climáticas.

rede digital de jovens rurais é a comunidade virtual *Yo, joven y rural*<sup>24</sup>, da Red Nacional de Jóvenes Rurales de Chile, apoiada pelo Instituto de Desarrollo Agropecuario (INDAP), do Ministério de Agricultura do país.

Para o encurtamento das distâncias entre produtores e consumidores de alimentos, três experiências estadunidenses se destacam por apoiar especificamente as juventudes: Denver Youth Farmers' Market Coalition<sup>25</sup>, GrowNYC<sup>26</sup> e Youth Farm Box<sup>27</sup>. No Equador, a iniciativa Machete y Garabato<sup>28</sup> reúne estudantes do curso de Agronomia da Universidad Técnica de Quevedo e jovens de comunidades locais que frequentam o Centro Agrícola Cantonal de Quevedo. Esse trabalho de formação e produção agroecológica envolve a recuperação do rio Maculillo e contribui para a produção de alimentos saudáveis, comercializados na feira livre da cidade de Quevedo.

**Action Track 3—** Assim como ocorre com as mulheres, os desafios do financiamento da produção juvenil são compartilhados por jovens de todo o mundo. Alguns países possuem iniciativas específicas, é o caso da linha de crédito *Emprende Joven Rural*, concedida pelo INDAP chileno. Já o Brasil possui a experiência do Pronaf Jovem.

Outro aspecto inescapável no que tange aos ganhos de escala é o conhecimento e sua aplicabilidade. Nesse sentido, três aportes brasileiros tiveram efeito direto e positivo sobre a formação das juventudes rurais nas últimas décadas: i) o processo de ampliação e interiorização das universidades públicas e dos institutos federais de ensino técnico<sup>29</sup>; ii) a constituição da Rede dos Centros de Formação por Alternância (Ceffas)<sup>30</sup>; e iii) o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)<sup>31</sup>. Em Porto Rico, a experiência da Organización Boricuá de Agricultura Ecológica<sup>32</sup> mostra como é possível envolver jovens no processo de restauração ambiental dos territórios, combinado com o aprendizado de técnicas que aumentam a produtividade e a escala produtiva em pequenas propriedades pela metodologia campesino-a-campesino. A importância de programas e iniciativas como essas se

24. Ver: <http://yojovenyrural.cl> (acessado em 03 de março de 2021).

25. Fruto da aliança entre o Denver Urban Gardens, o Slow Food Denver e escolas públicas da capital do estado do Colorado, a iniciativa foi criada em 2008, utilizando os jardins das escolas para o cultivo de alimentos, promove habilidades de comercialização e envolve as comunidades em aulas de culinária, no aproveitamento dos alimentos e na saúde alimentar.

26. Têm lugar em Nova York e promove hortas nas escolas, mercados de produtores locais, compra direta de agricultores imigrantes e atividades ligadas à reciclagem e ao aproveitamento dos alimentos. Originalmente conhecido como *Youth markets*. Ver <https://www.grownyc.org/farmstands> (acessado em 03 de março de 2021).

27. Consiste em uma cesta de produtos provenientes de agricultores jovens do Berkeley Farmers' Market, localizado na Califórnia, Estados Unidos. Promovida pela Youth Environmental Academy do Ecology Center, foi desenvolvida no contexto da pandemia de Covid-19. Ver <https://ecologycenter.org/blog/youth-environmental-academy-announces-farm-box-pilot-program/> (acessado em 03 de março de 2021).

28. Ver: <https://www.porlatierra.org/docs/05c68d34f221adcb473cddca2da8d81b.pdf> (acessado em 04 de março de 2021).

29. A ampliação do sistema público de ensino superior no Brasil criou 18 universidades federais e 173 campi universitários, além de 360 unidades de institutos de ensino técnico entre 2003 e 2014, ampliando o número de estudantes de 505 mil para 932 mil no período.

30. A Rede Ceffas compreende as escolas que utilizam a pedagogia da alternância, desenvolvida especificamente para as juventudes rurais. Em 2015, havia 268 centros educativos da Rede Ceffas no país, distribuídos em 20 estados.

31. O Pronera foi criado em 1998 com vistas a elevar o grau de escolaridade de beneficiários da reforma agrária. Apoiou mais de 167 mil alunos na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), formou 1.765 alunos especialistas; 9.116 no nível médio; e 5.347 no nível superior. Ver [https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160630\\_relatorio\\_o-programa-nacional.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/160630_relatorio_o-programa-nacional.pdf) (acessado em 21 de fevereiro de 2021).

32. Ver: <https://www.facebook.com/organizacionboricuaw/> (acessado em 04 de março de 2021).

justifica em razão dos elevados índices de desigualdades educacionais na região. Entre as juventudes rurais da América Latina e do Caribe, apenas 56% dos estudantes de famílias pobres cursa o ensino secundário e apenas 9% prossegue à educação superior (OCDE, CEPAL e CAF 2017). Cabe observar que a garantia do direito à educação nas comunidades rurais implica a vigência de metodologias e materiais didáticos contextualizados àqueles territórios.

**Action Track 4—** A promoção de meios de vida equitativos envolve necessariamente o enfrentamento de desafios estruturais do mercado de trabalho. Embora mais escolarizadas que as gerações anteriores<sup>33</sup>, as juventudes rurais entram no mercado de trabalho mais cedo e em ocupações mais precárias e mal remuneradas do que seus pares urbanos. Segundo dados de 2019 do Observatório Latino-Americano da Juventude da CEPAL (JUVELAC), na América Latina há uma proporção significativa de jovens que estão empregados em ocupações em setores informais da economia, esta tendência é mais acentuada nas áreas rurais (61%) do que nas áreas urbanas (37%).

Muitos são desprovidos de contrato de trabalho ou possuem contratos temporários, “em trabalhos de alta exigência física, baixos salários e limitado acesso aos serviços de proteção social, o que se liga à inserção de empregos informais, precários ou sazonais” (GUISKIN, 2019, p. 31)<sup>34</sup>. Observa-se também níveis mais baixos de sindicalização, em relação aos mais velhos, que já apresentam baixas taxas de organização sindical (MARTINE, 2016, *apud* NOBRE e HORA, 2017). Dados da América Latina e do Caribe das últimas décadas apontam para a diminuição do trabalho não remunerado de jovens nas propriedades familiares e aumento do chamado Emprego rural não agrícola (ERNA). Ainda assim, 51,3% das mulheres e 29,9% dos homens jovens rurais que trabalham na agricultura não recebem remuneração (NOBRE e HORA, 2017).

A ausência de políticas públicas é uma realidade histórica para as juventudes rurais. Com vistas a suprir essas lacunas e garantir direitos, a Reunião Especializada da Agricultura Familiar (REAF) Mercosul aprovou a Recomendação nº. 07/2017, que versa sobre Políticas públicas para a juventude rural no subcontinente (REAF, 2017).

**Action Track 5—** A criação do sentimento de pertencimento caminha junto com o fortalecimento de espaços e processos participativos. No caso das juventudes em particular, tal processo fortalece perspectivas de permanência no campo associadas à disposição de transformação dos espaços rurais (FERNANDO, 2012). A construção do Plano Nacional de Juventude e Sucessão Rural<sup>35</sup> no Brasil constitui uma importante experiência de elaboração de política pública a partir de uma parceria entre o Estado e a sociedade civil. Firmado como Decreto Presidencial do governo federal, o Plano envolveu

33. De 1990 a 2016, a taxa de alfabetização da América Latina e do Caribe passou de 85% para 94% (SITEAL, IPE, UNESCO).

34. A comparação entre jovens urbanos e rurais indica que, no início da trajetória laboral (15 a 19 anos), as diferenças salariais são menos pronunciadas, porém já se fazem sentir no intervalo entre 20 e 24 anos, indicando aumento das desigualdades e oportunidades significativas no restante da vida (GUISKIN, 2019).

35. Ver: [https://issuu.com/assessoriadejuventudemda/docs/publica\\_o\\_site\\_mda](https://issuu.com/assessoriadejuventudemda/docs/publica_o_site_mda) (acessado em 06 de março de 2021).

cinco eixos: i) Terra e território; ii) Trabalho e renda; iii) Educação do campo; iv) Qualidade de vida; e v) Participação, comunicação e cidadania.

A constituição de redes juvenis e a promoção de intercâmbios é uma importante estratégia de articulação das juventudes e da construção de alianças interterritoriais. A Red Latinoamericana de Juventudes Rurales (Relajur) foi uma das primeiras experiências em âmbito regional. O INDAP chileno possui uma instância de participação cidadã formal para jovens rurais com o objetivo de promover trocas entre juventudes rurais e acompanhar o desenvolvimento das comunidades rurais do país<sup>36</sup>. Na América do Norte, há a National Farmers Union, do Canadá, com sua rede específica de jovens agricultores, a Young Agrarians<sup>37</sup>.

## 5

### Recomendações e considerações sobre os desafios e caminhos para seguir em frente

---

Os processos e as iniciativas mencionados até aqui evidenciam que caminhos para a efetivação de novos sistemas alimentares já vêm sendo traçados por entidades privadas, governos locais e nacionais e pela sociedade civil, com a cooperação de organismos internacionais em todo o continente americano. O desenvolvimento pleno das capacidades das mulheres e das juventudes nos sistemas alimentares requer, portanto, ações coordenadas, integradas e integrais, nas diversas escalas geográficas — local, nacional, regional e global — e que seja observada a sustentabilidade nos planos econômico, político e ambiental.

Três pilares devem orientar as estratégias: i) a garantia de direitos; ii) a agenda das mudanças climáticas; e iii) a promoção de políticas públicas construídas com participação social.

Os direitos devem garantir e ir além do “acesso” das mulheres e juventudes à terra, aos recursos naturais e produtivos e ao bem viver. Tão importante quanto a criação de novos direitos é o cumprimento daqueles já estabelecidos, pois vivenciamos, em todo o mundo, o descompasso entre direitos formais já estabelecidos e a persistência de desigualdades efetivas (MIGUEL e BIROLI, 2014). No que tange às mulheres e juventudes, é preciso observar tratados e declarações internacionais, como a *UN Declaration on the Rights of Peasants and Other People Working in Rural Areas* (UNDROP) e a *UN Declaration on the Rights of Indigenous Peoples* (UNDRIP). No que tange especificamente aos povos indígenas, o Plano de Ação Ibero-americano para a Implementação dos Direitos dos Povos Indígenas<sup>38</sup>, estabelece em seu Objetivo n.º 2 “incluir a perspectiva dos

36. Atualmente o programa conta com 16 mesas regionais, 35 mesas de área e 5 mesas *comunales*, envolvendo a participação de 665 jovens ligados a organizações sociais.

37. Ver: <https://youngagrarians.org> (acessado em 04 de março de 2021).

38. Firmado em Antigua, Guatemala, em 5 de abril de 2018.

povos indígenas, com consideração especial das mulheres e juventudes, em planos nacionais para a implementação e seguimento da Agenda 2030 e dos ODS”<sup>39</sup>.

Como aponta o AT4, as mudanças climáticas são a questão definidora do nosso tempo e nós nos encontramos em um momento definidor. Embora a relação entre mudanças climáticas e desigualdades reforce padrões de um círculo vicioso, é possível transformá-la em um círculo virtuoso a partir de ações comprometidas em ampliar a resiliência e promover o bem viver de seres humanos e da natureza. O sistema agroalimentar tem um papel de destaque a cumprir na agenda de mudanças climáticas, em todas as etapas de produção, transformação, distribuição, consumo e descarte. A necessidade do envolvimento das mulheres e juventudes do campo e da cidade na agenda das mudanças climáticas foi reconhecida pela COP 22, a Conferência das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas de 2016. O Movimento Sunrise<sup>40</sup>, dos Estados Unidos, é uma das experiências de mobilização juvenil e contribuiu para a aprovação da Resolução 109<sup>41</sup>, mais conhecida como **Green New Deal**. Muitas potencialidades abarcam a questão do trabalho decente e dos chamados **green jobs** para jovens e mulheres das áreas rurais e voltados aos aspectos de prevenção, mitigação e adaptação às mudanças em curso (NEBULONI e GARDINER, 2017).

A ênfase nas políticas públicas se justifica pelo fato de que o sistema alimentar deve ser entendido como um bem comum, a serviço das pessoas e, portanto, objeto de regulação pública-estatal. O princípio orientador da Agenda 2030 é “Não deixar ninguém para trás”<sup>42</sup>. Deve-se observar uma “perspectiva multiatores e de inclusão real para a equidade e a igualdade” (IICA, 2019, p. 2). Nesse sentido, ao invés de tomados como vulneráveis, mulheres e juventudes devem ser percebidas como estratégicas e impulsionadas a partir de suas diversidades e potencialidades.

## Recomendações

As recomendações que seguem demandam articulação do poder público, iniciativa privada, sociedade civil, institutos de pesquisa, universidades e organismos internacionais que priorizem mulheres e jovens da agricultura familiar e camponesa, extrativistas, indígenas e afrodescendentes.

**Dados estatísticos oficiais** — A invisibilidade de mulheres e jovens decorre, em grande medida, da ausência de dados e análises sobre suas condições de vida e de trabalho. Para tal, é necessário:

39. Ver: <https://oij.org/no-dejar-nadie-atras-pueblos-indigenas-y-la-agenda-2030-en-los-paises-de-iberoamerica/> (acessado em 02 de março de 2021).

40. Ver: <https://www.sunrisemovement.org/?ms=SunriseMovement-WeAreTheClimateRevolution> (acessado em 06 de março de 2021).

41. Ver: <https://www.congress.gov/116/bills/hres/109/BILLS-116hres109ih.pdf> (acessado em 06 de março de 2021).

42. Deve-se observar uma realidade que se estende a todo o continente, a “forte presença de organizações não governamentais, organizações religiosas e/ou grupos comunitários que trabalham temas particulares das juventudes, mas são poucas as estruturas propriamente juvenis com objetivos, agendas e estratégias de incidência sobre as políticas públicas. Há evidente falta de espaços de participação com protagonismo das pessoas jovens na tomada de decisões nos poderes territoriais” (IICA, 2019, p. 6).

- A coleta de dados e a construção de indicadores adequados, por metodologias participativas e que complementem abordagens exclusivamente centradas na renda<sup>43</sup> dos indivíduos e países;
- Coleta e análise de dados desagregados por gênero e idade, e a sua ampla divulgação permite a elaboração, gestão e monitoramento de políticas públicas e a orientação das estratégias corporativas.

**Participação social das mulheres e dos jovens** — A constituição de espaços participativos, com representatividade de mulheres e jovens, que de fato promovam a escuta e o envolvimento ativo dos sujeitos sociais nos espaços públicos e privados. O fortalecimento de formas de gestão territorial que respeitem a diversidade das mulheres e juventudes. Criando ou fortalecendo:

- Espaços tripartite como: 1) os Conselhos e Conferências brasileiros que têm lugar nos territórios e se articulam nos estados e no âmbito federal; 2) Colegiados Territoriais, com experiências de organização específicas de gênero e juventudes; 3) a Agenda do Trabalho Decente da OIT, que prevê foros tripartite (governos, empregadores e empregados) na definição de questões sobre o trabalho e conflitos correlatos.
- Ações que promovam a formação de lideranças e contribuam para a redução das desigualdades de representação de mulheres e jovens em âmbito local, em espaços de governo e da representação parlamentar, em âmbitos municipais, estaduais/departamentais, e nacional.

**Accountability com participação das mulheres e das juventudes** — A transparência e o controle social são elementos indispensáveis para a construção de espaços e processos sustentáveis. Por isso, devem ser tomados como princípios estratégicos e práticas correntes de atores públicos, privados e da sociedade civil, com ampla participação de mulheres e jovens.

**Articulação das ações com vistas a valorizar a participação de mulheres e jovens** — A concepção de sistemas alimentares implica visões holísticas, integrais e integradas de sujeitos, paisagens e atividades. Nessa medida, requer a superação da ideia de cadeias alimentares exclusivamente focadas em um alimento/setor produtivo. As mulheres e as juventudes devem ser vistas como partes de um todo. Os sistemas alimentares devem ser capazes de valorizar e potencializar a heterogeneidade das dietas e das culturas alimentares.

**O desenvolvimento de conhecimentos e tecnologias para reduzir desigualdades de gênero e geração** — O acesso às TIC é central para qualquer proposta de avanço para novos sistemas agroalimentares, para tal, deve-se promover:

- O estímulo a construções intergeracionais para a redução dos hiatos na apropriação de novas tecnologias, conforme apontam diversas experiências envolvendo a produção e a comercialização no contexto da pandemia de Covid-19;

---

43. A OIT propõe medidas de análise nesse sentido, incluindo: i) formas de auferir trabalhos não remunerados, realizados sobretudo por mulheres; ii) indicadores de externalidades, especialmente ecológicas; e iii) indicadores relacionados à distribuição e à equidade do crescimento econômico (OIT, 2019)

- A ampliação da cobertura e da qualidade da conectividade rural entre mulheres e jovens contribui para a formação de redes de conhecimento envolvendo estado, mercado, sociedade civil e instituições de pesquisa, com potencial impacto positivo sobre o aumento da produtividade e da produção agropecuária e extrativista;
- Ampliar o acesso à escolarização contextualizada e à formação continuada, com a articulação do financiamento de projetos produtivos para mulheres e jovens.

**Renda, crédito e fomento para ampliar o acesso de mulheres e jovens** — O financiamento, o acesso a recursos e a melhoria da renda proveniente do trabalho remunerado para as mulheres e jovens requerem ampla articulação de atores públicos, agentes financeiros e atendimento a acordos internacionais por parte de empresas. Deve-se promover e/ou criar:

- Crédito direto para mulheres e jovens, individuais, cooperativados ou em experiências associativas;
- Políticas de crédito devem ser complementadas com a oferta de linhas de fomento para a produção, destinadas às mulheres e jovens em situação de pobreza, desprovidos de garantias financeiras e em estágio anterior à obtenção de crédito junto aos bancos. Estas devem vir acompanhadas de políticas de Assistência técnica gratuita e voltada à estruturação de sistemas produtivos sustentáveis.

**Acesso à terra, a meios de produção e à comercialização para ampliar o acesso de mulheres e jovens** — Avançar na promoção do direito à terra, a recursos naturais, a meios de produção e à comercialização, com foco na justiça socioambiental, por ações governamentais com apoio de organismos internacionais.

**Sustentabilidade, segurança, soberania alimentar e bem viver valorizando a inserção de mulheres e jovens** — Novos sistemas agroalimentares exigem o avanço para uma transição ecológica que promova o entendimento e ações globais, regionais, nacionais e locais e demandam:

- Oferta de incentivos e subsídios estatais para a transição ecológica das empresas dos sistemas alimentares, envolvendo aspectos de energia, aproveitamento dos recursos e descarte adequado, bem como a ampliação de contratos pelo trabalho decente de mulheres e jovens;
- Promoção de circuitos curtos de comercialização, com vistas à redução dos custos de transporte e de distribuição e da produção de gases de efeito estufa e estímulo à economia local com a participação de mulheres e jovens;
- Aproveitamento integral dos territórios urbanos e rurais com vistas à produção de alimentos saudáveis ampliando a participação de mulheres e jovens;
- Valorização e incentivo das iniciativas sustentáveis de povos e comunidades tradicionais, garantindo seus direitos ao território e a condições de vida, com prioridade para construções coletivas/associativas de mulheres e jovens;
- Promoção de práticas e valores do bem viver, com atenção ao acesso a bens e serviços nos territórios rurais para atender de forma integral a mulheres e jovens da agricultura familiar e camponesa, extrativistas, indígenas e afrodescendentes.

## 6

## Referências bibliográficas, documentos e tratados consultados

- ANTUNES, Marta. As guardiãs da floresta e o tortuoso caminho do empoderamento. In: WOORTMANN, Ellen et al (orgs). **Margarida Alves: Coletânea sobre estudos rurais e de gênero**. Brasília: MDA, IICA. 2006. Disponível em: [https://repositorio.iica.int/handle/11324/7776?locale-attribute=pt\\_BR](https://repositorio.iica.int/handle/11324/7776?locale-attribute=pt_BR) (acesado em 14 de março de 2021).
- BORDALO, Carolina A. **Os caminhos da política: o sindicalismo rural e os movimentos de mulheres trabalhadoras rurais em Pernambuco**. Dissertação de Mestrado, Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. UFRRJ, 2011. Disponível em <https://institucional.ufrj.br/portalcpsda/files/2018/08/2011.disserta%c3%a7%c3%a3o.Caroline.Ara%c3%baixo.Bordalo.pdf> (acessado em 02 de abril de 2021).
- CAMPBELL, Andrew. **An Increasing Risk of Family Violence during the Covid-19 Pandemic: Strengthening Community Collaborations to Save Lives**. Forensic Science International Reports, vol. 2, n. 3, abril de 2020. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC7152912/> (acessado em 14 de março de 2021).
- CASTRO, Elisa Guaraná; DULCI, Luiza; CARVALHO, Joyce. **Diagnóstico da realidade das juventudes rurais da região do Bico do Papagaio-TO**. Relatório final.UFRRJ/APATO, 2020.
- COMMITTEE ON WORLD FOOD SECURITY. **Open Ended Working Group on Gender Equality and Women's Empowerment**. Doc n: CFS OEWG-Gender/2020/12/09/01, vol.2. Committee on World Food Security, 2020. Disponível em [http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2017/01/CFS\\_OEWG\\_Gender\\_2020\\_12\\_09\\_01\\_TORs\\_VGs\\_GEWE.pdf](http://www.csm4cfs.org/wp-content/uploads/2017/01/CFS_OEWG_Gender_2020_12_09_01_TORs_VGs_GEWE.pdf) (acessado em 15 de março de 2020).
- CLAPP, Jennifer. **Distant agricultural landscapes**. Sustain Sci, n. 10, p. 305-316, 2015. Disponível em <https://link.springer.com/article/10.1007/s11625-014-0278-0> (acessado em 20 de fevereiro de 2021).
- COLEY, David; HOWARD, Mark; WINTER, Michael. **Local food, food miles and carbon emissions: A comparison of farm shop and mass distribution approaches**. Food Policy, vol. 4, n. 2, p. 150-155, 2009. Disponível em: [https://getmoreeducation.org/Content/Modules/Module1/1\\_Coley\\_Howard\\_and\\_Winter\\_Food\\_Miles.pdf](https://getmoreeducation.org/Content/Modules/Module1/1_Coley_Howard_and_Winter_Food_Miles.pdf) (acessado em 14 de março de 2021).
- COLLET, Zenaide; BERNARTT, Maria de Lourdes; PIOVEZANA, Leonel. **Movimento de mulheres camponesas: os quintais produtivos como práticas pedagógicas**. XII Congresso Nacional de Educação, PUC/Paraná, 2015. Disponível em [https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21217\\_10533.pdf](https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/21217_10533.pdf) (acessado em 15 de março de 2020).

- CUNHA, Manoela Carneiro; ALMEIDA, Mauro. **Indigenous People, Traditional People, and Conservation in the Amazon, Daedalus**. *Journal of the American Academy of Arts and Sciences*, vol. 129, n. 2, p. 315-338, 2000.
- DEERE, Carmem Diana, LÉON, Magdalena. **Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina**. *Sociologias*, ano 5, nº. 10, p. 100-153. Porto Alegre: jul/dez de 2003. Disponível em <https://www.scielo.br/pdf/soc/n10/18717.pdf> (acessado em 15 de março de 2021).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO. **The rights to food guidelines**. Roma: FAO, 2006. Disponível em <http://www.fao.org/3/a0511e/a0511e.pdf> (acessado em 04 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **State of food and agriculture: women in agriculture, closing the gender gap for developments**. Roma: FAO, 2011. Disponível em <http://www.fao.org/3/i2050e/i2050e.pdf> (acessado em 04 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **The 10 elements of Agroecology**. Roma: FAO, 2018. Disponível em <http://www.fao.org/agroecology/knowledge/10-elements/en/> (acessado em 04 de março de 2021).
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A AGRICULTURA E ALIMENTAÇÃO et al. Versão resumida de **El estado de la seguridad alimentaria y la nutrición en el mundo 2020. Transformación de los sistemas alimentarios para que promuevan dietas asequibles y saludables**. Roma: FAO, 2020. Disponível em: <http://www.fao.org/3/ca9699es/CA9699ES.pdf> (acessado em 06 de março de 2021).
- FERNANDO, Marian. **Rural development through decent work**. Organização Internacional do Trabalho: *Rural Policy Briefs*, 2012.
- FUNDO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA. **Marco Estratégico del FIDA (2016-2025)**. Roma: FIDA, 2016. Disponível em [https://www.ifad.org/documents/38714170/39132730/IFAD+Strategic+Framework+2016-2025\\_Spanish/82e3edb7-13b2-4082-944b-f71299a73f00](https://www.ifad.org/documents/38714170/39132730/IFAD+Strategic+Framework+2016-2025_Spanish/82e3edb7-13b2-4082-944b-f71299a73f00) (acessado em 03 de março de 2021).
- FUNDO PARA O DESENVOLVIMENTO DOS POVOS INDÍGENAS DA AMÉRICA LATINA E DO CARIBE. **Cambiar Con Sabiduría: Definiciones Y Lineamientos Estratégicos Para el Período 2017-2027**. Maio de 2017. Disponível em: [http://www.filac.org/wp/wp-content/uploads/2017/08/plan\\_filac\\_2017-2027.pdf](http://www.filac.org/wp/wp-content/uploads/2017/08/plan_filac_2017-2027.pdf) (acessado em 01 de março de 2021).
- GUISKIN, Maia. **Situación de las juventudes rurales en América Latina y el Caribe**. Série Estudios y Perspectivas-Sede Subregional de la CEPAL en México, n. 181. Cidade do México: Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe, 2019.
- HEREDIA, Beatriz; CINTRÃO, Rosângela. **Gênero a acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro**. *Revista Nera*, ano 9, n. 8, p. 1-28, 2006. Disponível em <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1443> (acessado em 14 de março de 2021).

- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. **Marco de referência das juventudes rurais**. São José: IICA, Sede Central, 2019a. Disponível em: [http://repositorio.iica.int/handle/11324/8642?locale-attribute=pt\\_BR](http://repositorio.iica.int/handle/11324/8642?locale-attribute=pt_BR) (acessado em 3 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **Warriors: Rural women around the world**. São José: IICA, Sede Central, 2019b. Disponível em <http://ruralwomen.iica.int/the-book.html>(acessado em 10 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **Marco de referencia de género y mujeres rurales**. São José: IICA, Sede Central, 2018. Disponível em <https://repositorio.iica.int/handle/11324/8599> (acessado em 10 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **Luchadoras: mujeres rurales en el mundo**. 2ª ed. São José: IICA, 2019.
- INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA et al. **Digital literacy in rural areas: An indispensable condition to bridge the divide in Latin America and the Caribbean**. São José: IICA, Sede Central, 2021. Disponível em <https://repositorio.iica.int/handle/11324/14462> (acessado em 14 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **Desigualdade digital de gênero na América Latina e no Caribe**. São José: IICA, Sede Central, 2020. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12489> (acessado em 14 de março de 2021).
- \_\_\_\_\_. **Conectividade rural na América Latina e no Caribe uma ponte para o desenvolvimento sustentável em tempos de pandemia**. São José: IICA, Sede Central, 2020. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/12896> (acessado em 14 de março de 2021).
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **A política nacional de agroecologia e produção orgânica no Brasil: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável** [Sambuichi, R. H. R. et al. (Orgs.)]. Brasília: Ipea, 2017.
- JALIL, Laetícia Medeiros. **Mulheres e soberania alimentar: A luta para a transformação do meio rural brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009.
- MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Feminismo e política: Uma introdução**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MURILLO, Laura; ALEJO, Julio; ROBLES, Rosa. **Cambio Climático y Desarrollo Sostenible**. Secretaría General Iberoamericana: Informe La Rábida, Huelva, 2018. Disponível em: <https://www.segib.org/?document=informe-cambio-climatico-y-desarrollo-sostenible-en-iberoamerica> (acessado em 1 de março de 2021).
- NEBULONI, Valter; GARDINER, Drew. **Decent jobs for rural youth**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho: *Rural 21*, março de 2017. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed\\_emp/documents/article/wcms\\_582524.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/documents/article/wcms_582524.pdf) (acessado em 04 de março de 2021).

- NOBRE, Miriam; HORA, Karla Emmanuela; **Atlas de las Mujeres Rurales de América Latina y el Caribe**. 1ª ed. Santiago: FAO, 2017. vol. 1. Disponível em: <http://www.fao.org/3/i7916s/i7916s.pdf> (acessado em 02 e abril de 2021).
- ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO et al. **Perspectivas económicas de América Latina 2017: Juventud, competencias y emprendimiento**. Paris: OCDE Publishing, 2016. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40721/1/LCG2689es.pdf> (acessado em 03 de março de 2021).
- ORGANISMO INTERNACIONAL DE JUVENTUD PARA IBEROAMÉRICA. **Convención Interamericana de Derecho de los Jóvenes (CIDJ)**. 2005. Disponível em <https://oij.org/wp-content/uploads/2017/01/Convención.pdf> (acessado em 03 de março de 2021).
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Trabajar para un futuro más prometedor. Comisión Mundial sobre el Futuro del Trabajo Oficina Internacional del Trabajo**. Genebra: OIT, 2019. Disponível em: [https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/publication/wcms\\_662442.pdf](https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dgreports/---cabinet/documents/publication/wcms_662442.pdf) (acessado em 28 de fevereiro de 2021).
- PERICO, Rafael Echeverri. **Identidade e território no Brasil**. Brasília: IICA, 2009.
- PORTILHO, Fátima; BARBOSA, Lívia; WILKINSON, John. Introdução. In: **Comida e alimentação na sociedade contemporânea**. Estudos Sociedade e Agricultura, vol. 25, n. 2, 2017. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/issue/view/esa25-2> (acessado em 14 de março de 2021).
- RAMIREZ-QUIRÓS, Ileana. **Foros virtuales Juventudes rurales. Construyendo la nueva agricultura post COVID-19: sistematización general**. Buenos Aires: IICA, 2021. Disponível em: <https://repositorio.iica.int/handle/11324/14089> (acessado em 02 de março de 2021).
- REUNIÃO ESPECIALIZADA DA AGRICULTURA FAMILIAR[do Mercosul]. **Recomendação nº. 07/2017**, aprovada em 20 de dezembro de 2017. Disponível em <http://www.reafmercosul.org/biblioteca-reaf> (acessado em 14 de março de 2021).
- ROCHA, Fernanda Rízia Fernandes. **Quintais produtivos e horta escolar: conservação ambiental, segurança alimentar e educação para saúde em Mossoró (RN)**. Dissertação de Mestrado. PPGCN/UERN, 2017.
- ROCHA, Sandra Mara Santana; CHAVES, Gisele de L. D.; SANTOS JUNIOR, Jorge L. dos (orgs.). **Políticas públicas, gestão social e inclusão produtiva em territórios rurais**. Jundiá: Paco, 2018.
- SILIPRANDI, Emma; CINTRÃO, Rosângela. **As mulheres agricultoras no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA)**. Segurança alimentar e nutricional, vol. 18, nº. 2, 2022, p.13-32. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8634675> (acessado em 14 de março de 2021).
- SILVA, Berenice Gomes da. **A Marcha das Margaridas: resistências e permanências**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em

Sociologia/Universidade de Brasília, 2008. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/949> (acessado em 02 de abril de 2021).

- SILVA, Edna Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Ulhôa (Orgs.). **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2016. Disponível em [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&id=27571](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&id=27571) (acessado em 12 de março de 2021)
- MENEZES, Marilda A. de; STROPASOLAS, Valmir L.; BARCELLOS, Sergio B., (Orgs.). **Juventude rural e políticas públicas no Brasil**. Coleção Juventude. Série Estudos; n. 1. Brasília: Secretaria Nacional de Juventude/Presidência da República. Coedição com o NEAD/MDA e IICA, 2014.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Global Gender Gap Report 2021**. Insight Report, 2021. Disponível em [http://www3.weforum.org/docs/WEF\\_GGGR\\_2021.pdf](http://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf) (acessado em 02 de abril de 2021).
- WEITZMAN, Rodica. **Nota conceitual para o desenho de políticas e programas para os sistemas agroalimentares com enfoque de gênero em América Latina e no Caribe**. Paper apresentado para consultoria da FAO. Chile, 2018.